

Análise dos processos de tomada de decisão face a dilemas éticos por profissionais com ação em casos de violência de gênero em Portugal

Analysis of Decision-Making Processes in the Face of Ethical Dilemmas by Professionals with Action in Cases of Gender-Based Violence in Portugal

Lauren de Lacerda Nunes¹

Dália Costa²

Resumo: O artigo explora os dilemas éticos enfrentados por profissionais que atuam no contexto da violência de gênero em Portugal, analisando os seus processos de tomada de decisão. O estudo, assente em entrevistas em profundidade permitiu refletir sobre influência do feminismo nas atuações e decisões destes profissionais e hierarquizar os dilemas éticos, a partir dos que consideram de mais difícil resolução. Dá uma contribuição importante para o estudo dos processos de tomada de decisão em campos profissionais que possuem grande discricionariedade, mas que, ao mesmo tempo, implicam elevado profissionalismo, recusando arbitrariedades ou experimentalismos – como o Serviço Social. Contribui para os Estudos de Gênero demonstrando a necessidade de conhecimento sobre violência de gênero enquanto fator estrutural e de definição de uma ordem (de gênero) em sociedades, como a portuguesa.

Palavras-chave: Dilemas Éticos; Violência de Gênero; Tomada de decisão; Portugal; Análise dos Processos; Sociedade; Feminismo.

Abstract: The article explores the ethical dilemmas faced by professionals working in the context of gender violence in Portugal, analyzing their decision-making processes. The study, based on in-depth interviews, allowed us to reflect on the influence of feminism on the actions and decisions of these professionals and to prioritize ethical dilemmas, based on those they consider to be the most difficult to resolve. It makes an important contribution to the study of decision-making processes in professional fields that have great discretion, but which, at the same time, imply high professionalism, refusing arbitrariness or experimentalism – such as Social Work. It contributes to Gender Studies demonstrating the need for knowledge about gender violence as a structural

¹ Possui graduação, mestrado e doutorado em Filosofia (UFMS-RS), pós-doutorado em estudos de gênero pela Universidade de Lisboa (ULisboa). Professora Adjunta na Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA-RS), campus São Borja. E-mail: laurenunes@unipampa.edu.br.

² Possui graduação em política social, pela Universidade de Lisboa (ULisboa), mestrado em sociologia pela Universidade de Lisboa (ULisboa) e doutorado em sociologia pela Universidade Aberta de Portugal (AAUAb). Professora Auxiliar no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP) na Universidade de Lisboa (ULisboa). E-mail: dcosta@iscsp.ulisboa.pt

factor and as a defining factor of an (gender) order in societies, such as the Portuguese society.

Key words: Ethical Dilemmas; Violence; Gender; Decision-Making; Portugal; Process Analysis; Society; Feminism.

Introdução

Um dilema ético corresponde a uma definição geral baseada no reconhecimento da existência de duas obrigações ou mais com igual peso moral, as quais não são possíveis de cumprir simultaneamente. A situação torna imperioso optar por uma em detrimento da outra, sob o risco de falhar em ambas, o que resultaria num prejuízo acrescido. Esta opção, ainda que diga respeito a uma organização ou Estado, tendencialmente implica uma pessoa, porque é quem ajuíza moralmente e opta. Qualquer que seja o sentido da opção, pelo menos uma das obrigações ficará sempre por realizar, o que gera frequentemente um sentimento de culpa e frustração, tornando essas escolhas tão difíceis quanto inalienáveis (NEVES; FÉLIX, 2017; TAPOLLET, 2005; GOWANS, 1994).

Dilemas éticos são, na maior parte dos casos, estudados pela ética enquanto área específica da filosofia. Nesse sentido, podem ser abordados tanto pela ética normativa, como pela metaética ou ainda pela ética aplicada. Esta pesquisa os abordará pelo ponto de vista da ética aplicada, visto que esta favorece uma análise interdisciplinar; é aplicada a situações precisas, pondo acento sobre a resolução prática e considerando o contexto. Este propósito, mais descritivo que reflexivo, é exercido nos setores das práticas sociais e profissionais (PARIZEAU, 2013).

Dessa forma, esta pesquisa parte do pressuposto de que o cotidiano dos/das trabalhadores/as no contexto violência de gênero é um campo fértil de dilemas éticos que fornecem material para ética aplicada (ALBUQUERQUE, 2017; CARNEIRO, 2017; NEVES; FÉLIX, 2017; BANKS, 2012; NÚNCIO, 2010; BRISKMAN, 2001). Tais dilemas são muito penalizadores para os/as profissionais, causando acentuado desgaste profissional e pes-

soal (NEVES; FÉLIX, 2017). O objetivo principal é descrever os dilemas éticos reconhecidos ou identificados pelos/as profissionais e analisar os processos usados para lidarem com os mesmos chegando a uma opção. Situar a ação profissional no quadro teórico feminista e dos estudos sobre as mulheres suscita mais dilemas éticos quando a/o profissional trabalha com casos de violência de gênero? A hierarquia dos dilemas ou os níveis de gravidade atribuída às consequências antecipadas de cada das ações varia em função do conhecimento que as/os profissionais possuem sobre desigualdades de gênero e sobre violência de gênero?

Para a consecução do objetivo foram realizadas entrevistas em profundidade a profissionais que atuam em casos violência de gênero em Portugal, quer no apoio a vítimas, quer na intervenção junto de agressores. Considerando o tema em análise e admitindo a influência de um quadro teórico na área científica dos estudos de gênero, feministas e sobre as mulheres, procurou-se ainda a diversidade entre profissionais que atuam em organizações feministas e outras/os em organizações que não identificam nos seus estatutos, missão ou visão esta orientação.

A entrevista permite escutar as/os trabalhadoras/es; conhecer os seus pontos de vista e manter a sua experiência de base empírica no contexto sócio-cultural e institucional em que atuam; estimular, através da interação com a entrevistadora, a descrição dos seus processos de tomada de decisão e o papel dos códigos de ética ou profissionais.

A análise temática foi feita após a transcrição do material, exigida para a análise com recurso a específico para dados qualitativos (MaxQDA), guiada pela perspectiva de Braun e Clarke (2006). A amostra alcançou um total de 16 profissionais: 7 que trabalham com agressores/as; 8 que prestam apoio a vítimas de violência de gênero; e um/a (1) profissional que atua junto de ambos/as/as. Foram, então, categorizados os dilemas éticos comuns aos 3 grupos de profissionais, bem como os dilemas éticos enfrentados por cada grupo em específico. Entre os dilemas relatados como de mais séria gravidade, os principais, que ocorreram com todos os grupos, foram oriundos da situação onde vítima e agressor/a optam por permanecerem juntos/as, no relacionamento e na residência comum.

Profissionais que trabalham com vítimas acabaram revelando um entendimento diferenciado acerca do modo da intervenção convocando valores e princípios feministas que influenciam ou definem mesmo uma orientação para a ação. Profissionais que trabalham com agressores/as revelaram certa resistência em aceitar o feminismo para interpretar a violência de gênero e em aplicar os valores e princípios da atuação feminista. Dificuldade de diálogo entre os grupos foi destacada, em comum, como empecilho para um bom trabalho. A compreensão de conceitos básicos como feminismo e violência se revelou diferente para os grupos e crucial para o enfrentamento das dificuldades relatadas pelas/os profissionais.

Metodologia

O desenho de pesquisa reflete o pendor exploratório do estudo. De acordo com Severino (2017, p. 124) “[a] pesquisa exploratória busca levantar informações sobre determinado objeto, delimitando assim, um campo de trabalho, mapeando as condições de manifestação desse objeto”. Por um lado, estudo de dilemas éticos – como se apresentam, são interpretados, e como lidam com os mesmos profissionais de intervenção em situações de violência de gênero – é pouco frequente. Este resultado assenta na revisão da produção científica publicada e disponível em bases de dados (Scopus, Science Direct, Scielo, Google Scholar, JStor, Latindex, CINAHL, PILOTS, LILACS), usando como termos de pesquisa: dilema ético, violência, violência de gênero, ética, em português, e seus correspondentes em inglês: *moral dilemma*, *violence*, *gender violence*, *ethics*. A pesquisa foi realizada no período de agosto de 2018 a novembro de 2018. Todas as bases citadas são indexadas pelo portal de bibliotecas da USP (Universidade de São Paulo) e pelo Portal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

O primeiro contato com os resultados obtidos foi feito recorrendo à leitura flutuante dos artigos (BARDIN, 2011), com o objetivo de a investigadora se familiarizar-com o tema e identificar as áreas do conhecimento em que os grandes temas (dilemas éticos e violência de gênero) apareceriam relacionados, independentemente do tipo, objetivo e conteúdo do artigo. A análise reve-

³ Beauchamp e Childress (2002) são autores que merecem destaque na proposição de uma ética biomédica. Estes propõem uma ética principialista – fundada em princípios morais – escolhidos e justificados principalmente mediante os critérios da coerência e da ponderação.

lou que abordagens principialistas da ética³ aparecem em muitos casos e a relação dos temas é mais frequente na área da saúde, especificamente e por esta ordem, enfermagem, medicina e psicologia.

A partir do resultado mais expressivo, a área da saúde tem-se apropriado da maior parte das discussões teórico-conceituais e raramente é adotado ou levado em consideração um quadro teórico feminista. Os procedimentos metodológicos priorizaram metodologias intensivas que possibilitaram conhecer a realidade em profundidade a partir do ponto de vista de profissionais em situações de violência de gênero, que acumulam conhecimento de base empírica. Estas/es profissionais grande parte das vezes influenciam muito o percurso de vida de vítimas de violência e de agressores/as, marcando também a dimensão estatística deste crime em Portugal.

Por outro lado, além de ser pouco frequente o estudo de dilemas éticos enfrentados por profissionais que atuam em situações de violência de gênero, também os sujeitos de pesquisa possuem pouca apetência para a reflexividade. Atendendo a esta característica, as opções metodológicas foram sequencialmente: (1) realização de entrevistas com informantes privilegiados que auxiliassem na delimitação do objeto de estudo, na definição específica da pergunta de partida e fornecessem pistas para a elaboração do roteiro de entrevista; (2) elaboração de um roteiro de entrevista a usar com todos/as sujeitos de pesquisa; (3) submissão do roteiro de entrevista a pré-teste revendo posteriormente os aspectos que se revelassem pouco claros, redundantes ou desnecessários; (4) realização das entrevistas; (5) transcrição na íntegra do conteúdo das entrevistas preparando o *corpus* de análise; (6) análise dos dados; (7) discussão e apresentação de resultados.

Foram realizadas entrevistas em profundidade a indivíduos em exercício ativo de intervenção em situações de violência de gênero, admitindo-se como equivalente os casos de violência doméstica, crime tipificado no artigo 152º do Código Penal em vigor em Portugal. A seleção de sujeitos procurou alguma heterogeneidade, procurando que tivessem diferentes áreas de formação, experiência profissional (duração e percurso) e estivessem integrados, em termos do exercício profissional, em instituições de viés feminista ou não. A amostragem também seguiu o método bola de neve para recrutar partici-

pantes, uma vez que o acesso aos/as mesmos/as apresentou dificuldades, solucionadas por este recurso.

Os/as participantes assinaram todos/as um termo de consentimento livre e esclarecido, que assegurou a destruição dos dados após o final da pesquisa e o anonimato total. Em relação à análise de dados o plano de análise e o tratamento incluiu, primeiramente, a utilização do programa MaxQDA para a análise léxica dos dados, a fim de que se observassem categorizações e padrões lexicais. A partir de tais categorizações oferecidas pelo programa, foi realizada uma análise de conteúdo dos dados.

A análise de conteúdo, de acordo com Amado et. al. (2014) consiste numa técnica de pesquisa documental que procura “arrumar” num conjunto de categorias de significação o “conteúdo manifesto” dos mais diversos tipos de comunicações. O primeiro propósito de tal análise, segundo Amado et. al. (2014) consiste em proceder à descrição objetiva, sistemática e por vezes, quantitativa de tais conteúdo.

Considerando o objeto, os objetivos e os pressupostos teóricos que fundamentam este estudo, a análise categorial foi o meio mais útil para se cumprir os objetivos propostos, feita com o auxílio do programa MaxQDA. Dessa forma, foi elaborado um sistema de categorias distribuído em duas áreas temáticas: 1). Os dilemas éticos e as instituições feministas e os profissionais que se auto-declararam feministas; 2). Os dilemas éticos e as instituições não-feministas e os profissionais que se auto-declararam não-feministas. Definidos desde o princípio, os dois temas de estudo, a análise de conteúdo das respostas adotou os princípios e procedimentos indicados na literatura especializada (VALA, 1986; BARDIN, 2011; AMADO et. al., 2014).

Em um primeiro momento, foi feita uma leitura flutuante das respostas, e em um segundo momento, foi feita uma leitura ativa, no sentido de se esboçarem as categorias. A partir daí, elaborou-se a grade de análise do conteúdo. Em seguida, deu-se início ao processo de codificação, que como colocam Amado et. al. (2014) trata-se do desdobramento do texto em unidades de sentido ou de registro, recortadas nas respostas a cada pergunta, de modo a poderem ser reagrupadas em categorias, subcategorias e indicadores de conteúdo semelhante.

As categorias que emergiram englobaram dimensões alargadas da problemática em estudo e regeram-se pelas regras da exaustividade, exclusividade, homogeneidade, pertinência, objetividade e produtividade (Amado et. al., 2014). Os dados dos dois temas foram confrontados sistematicamente, com vistas a melhorar a categorização feita, até se chegar a um sistema de categorias satisfatório. Depois de vários ensaios, chegou-se à versão final das categorias. No final da categorização recorreu-se a juiz/a especialista, na figura da supervisora desta pesquisa, para validação das categorias apuradas.

Para fins de compreensão do/a leitor/a, pode-se dividir as categorias que emergiram desse processo em dois grandes grupos: *a priori* e *a posteriori*. (FERREIRA, 2007 *apud* AMADO, 2014, p. 345). As categorias definidas *a priori* foram resultantes das perguntas do roteiro de entrevista e do quadro teórico de referência. Por sua vez, estas categorias *a priori* foram divididas em categorias *a priori* descritivas (idade do/a respondente, sexo, profissão, cargo, etc) e categorias *a priori* analíticas dedutivas, derivadas do restante das perguntas de tipo mais interpretativo. As categorias *a posteriori* resultaram da reflexão e do trabalho interpretativo da pesquisadora, sem desconsiderar o quadro teórico de referência. É preciso dizer que tais categorias trouxeram uma visão mais alargada da problemática e conseqüentemente, novas hipóteses para a pesquisa. Tais categorias foram classificadas na grade de análise como analíticas indutivas.

A construção e reconstrução do sistema de categorias foi uma tarefa complexa. Daí o recurso a um conjunto de subcategorias que serviu para explicitar melhor todo o sentido da categoria em questão. Após a matriz final, passou-se à interpretação dos dados. De acordo com Amado (2000: 57) “a interpretação tem como objetivo a procura do sentido mais amplo das respostas, o que é feito mediante a ligação a outros conhecimentos”. Nessa procura, busca-se o sentido das falas e há espaço para novas hipóteses e possibilidades, o que de fato, aconteceu durante este percurso.

Ao todo, foram feitas 16 entrevistas, nas seguintes instituições: Cáritas Diocesana (uma instituição de solidariedade social de caráter e orientação católica), DGRSP (Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, organismo da administração pública responsável pela prevenção criminal,

execução de penas, reinserção social e gestão dos sistemas tutelar educativo e prisional), Espaço V(uma instituição emergente da sociedade civil), uma Instituição de Ensino Superior, um organismo do sistema Judiciário (DIAP - Departamento de Investigação e Ação Penal), UMAR (União de Mulheres Alternativa e Resposta, uma associação feminista).

As formações acadêmicas dos/as entrevistados/as foram as seguintes: assistente social, advogado/a, magistrado (promotor/a) do Ministério Público, professor/a, psicólogo/a, politólogo/a social, sociólogo/a. Os cargos ocupados foram: técnico/a de apoio à vítima, técnico/a de reinserção, magistrado/a (promotor/a) do Ministério Público, professor/a auxiliar, diretor/a técnico/a, diretor/a técnico/a de casa abrigo, psicólogo/a. A pesquisa foi realizada nas cidades de Lisboa, Cascais, Vendas Novas, Évora e Setúbal, cobrindo parte significativa do território português continental (Grande Lisboa, Alentejo e Península de Setúbal).

Resultados e discussão

A primeira etapa tratou-se de uma revisão da produção científica sobre o tema dos dilemas éticos e da violência de gênero. Os resultados foram analisados através de leitura completa e ativa dos resumos e palavras-chaves dos artigos, e de leitura flutuante dos artigos completos, isto é, na íntegra. Foi percebido que a temática dos dilemas éticos e da violência de gênero são majoritariamente abordadas pela área da saúde, do direito e da psicologia. A teoria feminista não é mencionada em processos de apoio, na bibliografia analisada.

Tal constatação levou à delimitação da amostra da pesquisa para o trabalho de campo – segundo momento desta pesquisa - que priorizou entrevistas em profundidade com profissionais com intervenção especializada em processos de apoio não necessariamente ligados à área da saúde e de instituições feministas e não feministas e profissionais que se declarassem feministas ou não-feministas, numa opção pessoal não necessariamente coincidente com a orientação institucional. Os dados analisados serão apresentados e discutidos, em continuação.

Categorias a priori descritivas

As categorias *a priori* descritivas foram derivadas tanto do roteiro de entrevista, quanto do referencial teórico e da metodologia aplicada. Entre estas se pode elencar: a faixa etária do/as entrevistados/as; o sexo; a vinculação institucional; a formação acadêmica; o cargo ocupado; declararem-se ou não feministas; trabalharem no processo de apoio com vítimas ou com agressores/as ou com ambos/as/as, estarem vinculados/as a instituição de cariz feminista ou não. Na próxima subseção, serão analisadas em maior detalhamento.

Características gerais dos/as entrevistados/as

Foram realizadas 16 entrevistas em um total de seis instituições. De todas estas, apenas a UMAR (uma organização não-governamental, associação feminista, de mulheres, emergente da sociedade civil ainda antes da Constituição da República Portuguesa, de 1976, que define um regime democrático) declarou-se abertamente feminista. Todas as outras, Espaço V (Organização não-governamental), DIAP (Departamento de Investigação e Ação Penal, vinculado ao poder judiciário), uma Instituição de Ensino Superior, DGRSP (Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, vinculada ao Ministério da Justiça) e Cáritas (vinculada a Igreja Católica) não declararam-se e não manifestam-se sobre o assunto em qualquer meio de divulgação. Dos/as participantes, duas são vinculados a UMAR, duas ao Espaço V, duas ao DIAP, duas à Instituição de Ensino Superior, seis à DGRSP, e duas a Cáritas.

As idades dos/as respondentes variaram dos 32 aos 62 anos, sendo que a maioria encontra-se, à data de recolha dos dados, na faixa dos 40 aos 55 anos. Destes/as, 15 são do sexo feminino e 1 do sexo masculino. Em relação às formações académicas, 2 sociólogos/as, 1 politólogo/a social, 8 psicólogos/as, 2 bacharéis/a em direito e 3 assistentes sociais. Deste/as, 4 são técnicos/as de apoio à vítima, 6 são técnico/as de reinserção social, 1 é magistrado/a (promotor/a) do Ministério Público, 3 são professores/as auxiliares do ensino superior, 1 é diretor/a técnico de organização não-governamental, 1 é diretor/a

técnico de casa-abrigo vinculada a uma organização não-governamental.

Devido à amostra das instituições ter sido constituída com recurso a um procedimento em bola de neve, uma consequência foi ter havido apenas uma instituição (UMAR), declaradamente feminista. Por conta desse fato, criou-se a categoria descritiva acerca do/a próprio/a respondente declarar-se ou não feminista, independentemente de sua vinculação institucional. Assim, dos/as 16 entrevistados/as, 8 declararam-se feministas, 7 declararam-se não-feministas e 1 não respondeu.

Os/as 2 entrevistados/as da UMAR declararam-se feministas. Os/as 2 entrevistados/as do espaço V declararam-se feministas. Os/as 2 entrevistados/as do DIAP declararam-se feministas. Da Instituição de Ensino Superior, 1 declarou-se feminista e o/a outro/a entrevistado/a declarou-se não-feminista. Todos/as os/as 6 entrevistados/as da DGRSP declararam-se não feministas. 1 entrevistado/a vinculado/a a Cáritas declarou-se feminista e o/a outro/a não quis responder.

Do total, 7 profissionais trabalham com agressores/as, 8 com vítimas e 1 com agressores/as e vítimas. Todos/as os profissionais que trabalham com agressores/as declararam-se não feministas (ao todo 7). Dos/as profissionais que trabalham com vítimas (ao todo, 7), 6 declararam-se feministas, 1 não quis responder. O/a profissional que trabalha com ambos/as/as, declarou-se feminista. Concluiu-se, portanto, que o vínculo institucional não pareceu desempenhar papel decisivo na declaração acerca de ser ou não feminista. Na busca por mais elementos que explicassem estas declarações dos/as entrevistados/as, criaram-se as demais categorias, expostas a seguir.

Categorias a priori analíticas dedutivas

As categorias *a priori* analíticas dedutivas foram derivadas do roteiro da entrevista e do referencial teórico adotado. O principal objetivo destas categorias foi o de conhecer o cotidiano dos profissionais no contexto da violência de gênero, como estes compreendem os dilemas éticos e quais são os principais

dilemas enfrentados. Além disso, investigar até que ponto suas decisões são influenciadas por valores pessoais, e quais orientações teóricas são seguidas em tais situações.

As categorias *a priori* analíticas dedutivas podem ser assim elencadas: orientação teórica; influência da orientação teórica na atuação profissional; motivação para trabalhar com violência de gênero; o que os/as profissionais entendem por dilemas éticos; quais os principais dilemas éticos dos/as profissionais que trabalham com vítimas, com agressores/as, com ambos/as/as e quais são comuns a todos/as, se as decisões sobre dilemas são tomadas individualmente ou coletivamente; se sentem-se preparados/as profissionalmente para lidar com dilemas e qual a influência de valores pessoais na decisão de dilemas éticos. As próximas subseções as analisam em separado.

Orientações teóricas no trabalho com violência de gênero

Entende-se por orientação teórica o conjunto de conhecimentos técnicos e acadêmicos utilizados pelo/a profissional na sua atuação. Aqui, o/a profissional informou se suas orientações teóricas eram apenas acadêmicas, acadêmicas e institucionais ou apenas institucionais. Os/as profissionais que mais destacaram a sua orientação teórica foram os da área da psicologia. Todos/as responderam que aplicam o modelo cognitivo-comportamental em seus atendimentos.

Os/as profissionais desta área, em sua maioria, também responderam que a orientação acadêmica sobrepõe-se em relação às orientações institucionais, no sentido em que a formação acadêmica fornece as orientações teóricas utilizadas pelo/a profissional que cria seus próprios modelos em sua atuação na instituição. Por outro lado, houve profissionais que responderam que sua orientação teórica é totalmente definida pela instituição em que atuam, apesar de seu conhecimento acadêmico, exigido para o cargo. “A instituição tem manuais para tudo, portanto há manuais do procedimento, o que se tem de fazer desde a convocatória, a entrevista, a articulação com outras instituições. (H., DGRSP, intervenção com agressores/as).

Dos/as profissionais que relataram que a orientação teórica é totalmente definida pela instituição, houve destaque especial para grande parte daqueles/as que atuam na DGRSP, independente de suas formações acadêmicas, e que trabalham apenas com agressores/as. Estes relataram que seguem o PAVD⁴ (Programa para Agressores de Violência Doméstica).

Os/as profissionais das demais instituições, em especial aqueles/as que trabalham com vítimas, não destacaram com tamanha ênfase as orientações institucionais, relatando que muitas vezes participam da própria elaboração do modelo teórico que aplicam. Mostrando, na maioria dos casos, que sentem-se parte de um processo mais amplo e autônomo que articula tanto a parte teórica acadêmica quanto a parte institucional.

Os/as profissionais da área do direito afirmaram utilizar a teoria jurídica em suas atuações, os/as profissionais da área das ciências sociais remeteram-se aos modelos teóricos psicossocial sistêmico e ecológico. A teoria cognitivo-comportamental apareceu também em relatos de profissionais fora da área da psicologia, nas ciências sociais. Um dado que merece destaque é que apenas um/a entrevistado/a fez referência à teoria feminista enquanto orientação teórica.

Influência das orientações teóricas no trabalho com violência de gênero

Nessa categoria, os/as profissionais foram perguntados/as como as orientações teóricas mencionadas influenciavam o seu trabalho: se de forma positiva, negativa ou se lhes era indiferente. Aqui, uma distinção entre os/as entrevistados/as pôde ser traçada de maneira clara. Todos/as os/as profissionais que trabalham com vítimas descreveram as orientações teóricas como positivas e determinantes em sua atuação, fossem elas institucionais ou acadêmicas.

⁴ De acordo com Cerejo (2017) o PAVD tem como objetivo primordial conduzir os agressores à aceitação da responsabilidade da prática de atos violentos tendo em vista a alteração dos seus padrões de comportamento agressivo. O programa tem uma duração mínima de 18 meses, integra apenas homens agressores de violência doméstica e o trabalho de intervenção é individual e grupal. O diagnóstico e avaliação das necessidades psicoeducacionais dos condenados ou indiciados por violência doméstica é previamente efetuado pela DGRSP para que a intervenção seja adequada a cada sujeito específico.

Por outro lado, os/as profissionais que descreveram a orientação teórica como não determinante ou determinante de forma negativa, foram, em sua maioria, aqueles/as que trabalham com agressores/as e estes fizeram alusão específica à orientação teórica institucional. “... Nós temos orientações técnicas ao nível da instituição e tenho que me limitar muito a essas orientações. Ainda assim, há casos que eu acho que não integram muito bem, porque a avaliação não é por ali muito precisa, mas pronto. Tento. Fazer o melhor. (G., DGRSP, intervenção com agressores/as).

Enquanto a maior parte dos/as profissionais que trabalham com vítimas pareceram afirmar que tanto as teorias acadêmicas quanto institucionais influenciam de maneira determinante como realizam o seu trabalho, os/as profissionais que trabalham com agressores/as descreveram em sua grande maioria, que as orientações institucionais deveriam apenas ser seguidas e por vezes, não eram adequadas aos casos.

Motivação para trabalhar na área de violência doméstica

Essa categoria buscou perceber se os/as profissionais entrevistados/as atuam na área da violência doméstica por escolha pessoal, designação institucional ou oportunidade de trabalho. Dos/as 16 entrevistados/as, 5 responderam estarem na área da violência doméstica por escolha pessoal; 7 responderam se tratar de uma oportunidade de trabalho que surgiu e 4 afirmaram não terem motivação alguma para trabalhar na área, mas foram designados institucionalmente.

Os/as 5 entrevistado/as que responderam estar na área por escolha pessoal e, portanto, sentiam-se motivados, trabalham com vítimas. “Eu acho que sou uma pessoa de sorte... (Risos). E que estava no sítio certo, não é? Com as pessoas certas... Eu agarrei o desafio.” (P. Cáritas, intervenção com vítimas).

Dos/as 7 entrevistados/as que responderam estarem na área por oportunidade de trabalho, 3 trabalham com vítimas, 3 com agressores/as e 1 com ambos/as. Esta categoria foi marcada por profissionais que já integravam

a área criminal ou social e já faziam parte de projetos sobre violência doméstica ou foram designados para tal institucionalmente. Nestes/as, motivação ou desmotivação não é algo que apareça explicitamente: "... a direção resolveu criar uma equipa especializada para a violência doméstica e eu como vinha do tribunal de família e era a minha área de eleição, portanto, fiquei, na violência doméstica. Portanto, é por aí. (F. DIAP, intervenção com vítimas e agressores/as). Todos/as os/as 4 entrevistados/as que disseram não terem motivação para trabalhar na área da violência doméstica atuam na intervenção com agressores/as.

Os dados sugerem que boa parte dos/as entrevistado/as não escolheu trabalhar na área da violência doméstica e desempenha suas funções sem maiores motivações. Mesmo assim, novamente é possível traçar uma comparação entre os/as profissionais que trabalham com agressores/as aqueles que trabalham com vítimas, uma vez que estes/as últimos/as revelam, em sua maioria, estarem motivados e terem escolhido a violência doméstica como área de atuação e não ser o caso para grande parte dos/as últimos/as.

Dilemas Éticos

A categoria dos dilemas éticos, foco principal dessa pesquisa, foi dividida nas seguintes subcategorias que podem ser separadas em analíticas dedutivas e indutivas. Analíticas dedutivas: o que o profissional compreende por dilemas éticos, os dilemas éticos enfrentados por profissionais que trabalham com vítimas. Analíticas indutivas: dilemas éticos enfrentados por profissionais que trabalham com agressores/as; dilemas éticos enfrentados por profissionais que trabalham com vítimas e agressores/as. A partir destas divisões foi possível, primeiramente, estabelecer o que os/as entrevistados/as compreendem por dilemas éticos em geral, e então, obter uma tipificação básica dos tipos de dilemas éticos enfrentados por cada grupo, e aqueles que são comuns tanto para profissionais que trabalham com vítimas quanto com agressores/as ou com ambos/as/as.

A definição dos dilemas éticos

Ao entrar nesta etapa, a pesquisadora pedia que o/a entrevistado/a fizesse um exercício de memória ao tentar lembrar os casos difíceis que tivesse enfrentado em sua atuação, especificamente, os casos em que ele/a tivesse sentido dúvida sobre como agir ou prestar apoio, entre alternativas que julgasse de difícil escolha. Para tornar ainda mais claro o intento, a pesquisadora pediu que o/a profissional lhe desse um exemplo desse tipo de caso, sem citar os nomes reais dos/as envolvidos/as.

Do total de entrevistados/as, 9 conseguiram mencionar casos específicos e 7 não mencionaram casos específicos. Entre as justificativas para que casos específicos não fossem citados, estava a de que lhes era difícil lembrar de um caso específico, porque praticamente todos os casos difíceis são parecidos entre si, então seria possível falar de dilemas de uma maneira mais genérica. “Não houve nenhum caso, o gostar de resolver de situações difíceis é o meu trabalho. Portanto, eu não posso evitar isso. Todos os casos que eu tenho são casos difíceis”. (B. Instituição de Ensino Superior, intervenção com vítimas).

Dos/as 9 entrevistados/as que mencionaram casos específicos, 6 trabalham com vítimas, 2 com agressores/as e 1 com vítimas e agressores/as. Dos/as 7 que não mencionaram casos específicos, 5 trabalham com agressores/as e 2 com vítimas. Novamente é possível traçar o paralelo entre aqueles/as que trabalham com vítimas e agressores/as: os/as primeiros/as pareceram encontrar menos dificuldade em mencionar exemplos de casos de dilemas éticos que tiveram de enfrentar, trazendo mais detalhes à narrativa.

Aqueles/as que optaram por mencionar de maneira genérica as principais características dos dilemas que enfrentam, o fizeram sem menção de qualquer caso específico, mas aos casos mais comuns. A partir destas declarações tanto daqueles/as que mencionaram os casos específicos quanto daqueles/as que não mencionaram, foi possível derivar as subcategorias a seguir, que separam os principais tipos de dilemas éticos enfrentados pelos profissionais nos grupos: dilemas éticos comuns a quem trabalha tanto com vítimas quanto com agressores/as, dilemas éticos comuns a quem trabalha com

vítimas, dilemas éticos comuns a quem trabalha com agressores/as.

Dilemas éticos comuns a quem trabalha tanto com vítimas quanto com agressores/as

As subcategorias dos dilemas éticos enfrentados por profissionais que trabalham tanto com agressores/as quanto com vítimas foram aquelas que apareceram praticamente em todas as entrevistas realizadas. Sendo dois: saber se a vítima diz a verdade; liberdade de escolha da vítima em permanecer com o/a agressor/a. No primeiro caso, praticamente todos/as os/as entrevistados/as revelaram sentir algum tipo de dúvida quanto ao que diz a vítima. Alguns disseram ser imprescindível lutar com estereótipos de gênero e preconceitos para poderem acreditar completamente no que a vítima diz e que isto não é fácil.

A liberdade de escolha da vítima em permanecer junto com o/a agressor/a perpassou muitas entrevistas. “Imagine uma mulher que está aqui a fazer um percurso e que nós percebemos de otimização e quebrar com o ciclo de violência acaba por depois terminar quando a pessoa toma a decisão de... eventualmente regressar para a relação acreditando que as coisas podem, podem ficar melhores... Também aqui às vezes colocam o dilema não é? De que será que o apoio que foi dado foi suficiente? Será que poderíamos ter tido outro tipo de abordagem? Será que falhou aqui alguma coisa, embora isso não nos tenha sido dito?” (C. Espaço V, intervenção com vítimas).

“Também de alguma forma agrediu e depois foi agredida não é? Mas a vítima não quer mudar a situação, não quer alterar a situação, ela quer aquele homem, que continuar com aquele homem, nem quer fazer queixa nenhuma...” (D. DGRSP, intervenção com agressores/as).

Conforme ilustrado pelos fragmentos acima, parece haver um sentimento geral de impotência e sentimento de vulnerabilidade em relação à vítima quando ela permanece com o/a agressor/a. No caso de a vítima estar ou não falando a verdade, parece sempre haver um questionamento sobre sua credibilidade. Estes dois tipos de dilemas apareceram mencionados pela maior parte dos/as entrevistados/as, independentemente de seu atendimento

ser a vítimas ou a agressores/as.

Dilemas éticos comuns a quem trabalha com vítimas

A subcategoria dos dilemas éticos enfrentados por profissionais que trabalham com vítimas pode ser dividida ainda em três subcategorias: risco à vítima em se fazer a denúncia; dificuldade em enquadrar a violência psicológica como crime de violência doméstica e autonomia da vítima em relação a ela fazer ou não a denúncia contra o/a agressor/a.

No primeiro caso, os relatos giram em torno do sentimento de insegurança que circunda o trabalho do/a profissional em relação à proteção da vítima após a denúncia feita: “(...) por um lado denunciemos, mas sabemos em que algumas situações vai haver uma escalada da violência a partir do momento em que aquele agressor sabe que está a decorrer uma denuncia contra ele, não é? Vem depois aquela questão, dilema... Como é que garantimos a segurança e a proteção destas vítimas. Não é? Porque sabemos que há momentos em que o risco e o perigo para estas vítimas aumenta”. (P. Cáritas, intervenção com vítimas).

O segundo tipo de dilema gira em torno do fato de geralmente a violência psicológica descrita pelas vítimas não ser suficiente para a situação ser encarada e tratada como um crime pelas autoridades competentes. “Foi num desses níveis de violência que ela apresentou queixa. Mas foi numa relação sexual no fundo entre aspas, consentida. Portanto, ela já sabia que se ia se sujeitar àquela prática, que ela não queria, mas que aceitava porque queria manter-se naquela relação. Portanto, a dúvida é, maus tratos psicológicos podem integrar o crime de violência doméstica e o abuso? (F. DIAP, intervenção com vítimas e agressores/as).

O terceiro tipo de dilema diz respeito à autonomia da vítima em relação a ela fazer ou não a denúncia contra o/a agressor/a. Quando as vítimas procuram as redes de apoio, geralmente ainda não realizaram a denúncia contra o/a agressor/a e é um processo delicado fazê-la compreender a necessidade da denúncia ou até chegar ao extremo de denunciar por ela. “Há uma outra situação que eu vivi e que me custou muito viver, que é.... Uma mulher dizer

que não quer denunciar e eu denunciar.” (N. UMAR, intervenção com vítimas). “Deve passar pela denúncia, eu tenho que construir com ela [a vítima] o melhor timing pra essa denúncia. Portanto, também é um dilema, o dilema do timing certo. (B. Instituição de Ensino Superior, intervenção com vítimas).

De todos os três tipos de dilemas acima, os apontados como mais difíceis de resolver foram o respeito à autonomia da vítima em fazer a denúncia e o dilema do risco precipitado pela própria denúncia. Muitos/as profissionais demonstraram grande apreensão especialmente em relação ao último, devido ao sentimento de insegurança pela vida da vítima.

Dilemas éticos comuns a quem trabalha com agressores/as

A subcategoria dos dilemas éticos comuns enfrentados por quem trabalha com agressores/as ficou dividida em duas subcategorias: o dilema do descompasso entre o atendimento prestado ao/a agressor/a e à vítima quando estes permanecem juntos e a ambivalência na relação entre o/a agressor/a e a vítima quando estes permanecem juntos. Conforme anteriormente mencionado, o fato de agressor/a e vítima permanecerem juntos/as já é um dilema ético comum a todos/as os profissionais entrevistados/as, contudo, no caso daqueles/as que trabalham somente com agressores/as certos problemas se acentuam. No primeiro caso, do dilema do descompasso entre os atendimentos prestados, tem-se relatos dos/as profissionais não obterem uma evolução satisfatória do acompanhamento dos/as agressores/as porque sentem que o que é trabalhado com estes/as nos programas, entra em choque com o comportamento da vítima, e o agressor/a não consegue por em prática, quando volta para casa, as lições do programa.

É dito, por exemplo, que “(...) há aqui uma dessincronia... É porque... Se temos uma relação, se temos pessoas que, ainda por cima, querem continuar juntas. E a gente vai só mudar um lado, não muda o outro... Como é que isto vai funcionar? Provavelmente não funciona. Porque há tiques de funcionamento que estão, que estão arraigados e estão dos dois lados. Se nós formos mexer num e não mexermos noutro, é provável que a coisa não resulte muito bem. Portanto, uma das dificuldades que nós temos, os casos mais complica-

dos, se calhar são estes em que nós percebemos que a vítima está a alimentar uma situação, não está a ajudar e não temos como lidar com isto. Mas também não a queremos culpar, não é? Porque ela é a vítima”. (D. DRGSP, intervenção com agressores/as).

No caso do dilema ético da ambivalência da relação quando agressor/a e vítima permanecem juntos/as, a situação relatada pelos profissionais que trabalham com os/as agressores/as é descrita como se os papéis de vítima e agressor/a se invertessem, em dadas circunstâncias. Durante as entrevistas, houve relatos de agressores/as que acabam sendo agredidos/as por seus/as parceiros/as e é muito difícil o manejo de uma situação que se torna ambivalente. “[Eles/as são] muito ambivalentes na própria relação. E que... Com o seu comportamento, alimentam uma relação que é doente. Pronto. E que a gente às tantas, está a trabalhar com o agressor, porque é isso que nos compete, não é? Mas sente que devemos ter um trabalho muitíssimo forte com a vítima. Porque esta vítima está... Está num círculo vicioso do qual ela própria tenta sair, também, mas não consegue. E a mulher em muitas relações é agressora, em muitas mesmo”. (D. DRGSP, intervenção com agressores/as).

O descompasso entre o acompanhamento prestado às vítimas e o acompanhamento prestado aos agressores/as parece ser fonte de dilemas éticos difíceis para os/as profissionais que trabalham com agressores/a, especificamente, visto que este não é um dilema levantado pelos/as profissionais que trabalham com vítimas. Muitas vezes, os/as profissionais que trabalham com agressores/as sugerem que o atendimento devia ser pensado conjuntamente e que os discursos entre os grupos que trabalham com vítimas e os grupos que trabalham com agressores/as são dissonantes e isto torna o acompanhamento ineficaz, como descrito por D. abaixo:

“A violência doméstica acontece numa relação. E numa relação, há pelo menos duas pessoas. Quando uma mulher é vítima, se calhar tem de ser empoderada, mas se calhar também tem de aprender a estar numa relação de forma mais assertiva. (...) Porque a violência se dá numa relação que corre mal e não corre mal só de um lado... Corre mal nos dois, provavelmente. Depois as mulheres reincidem naquela relação... "Coitadinhas! Porque isto é próprio. Temos de compreender...". Certíssimo. E quando os homens reincidem

não é agressão, não é? (Grita) "Coitadinhos!". Não, não! Esse não! Esses são uns monstros, esses são não sei o quê...". Pronto. Eu acho que o próprio feminismo tem dificuldade em ver a mulher como agressora. Acho! Posso estar errada, mas é a visão que eu tenho." (D. DRGSP, intervenção com agressores/as).

Através da fala de D. é possível perceber uma grande insatisfação em relação à eficácia de seu trabalho. É como se os/as profissionais que trabalham com agressores/as sentissem que o discurso que utilizam e as práticas que propõem não fossem passíveis de serem levadas a cabo, quando o casal permanece junto, pois percebem um profundo descompasso entre aquilo que tentam fazer e o que as equipes que trabalham com as vítimas fazem. A teoria feminista entrou, como exposto no fragmento de entrevista acima, até mesmo como empecilho de um bom trabalho. Por tais afirmações, adiante neste artigo, este tema será tratado com maior detalhe.

Preparo profissional para lidar com dilemas éticos

Essa categoria buscou perceber como os/as profissionais sentiam-se em relação a estarem ou não preparados/as para lidar com as situações difíceis ou dilemáticas. Dos 7 entrevistados/as que trabalham com agressores/as, 6 disseram não sentirem-se preparados/as para lidar com dilemas éticos.

Dos/as 8 entrevistados/as que trabalham com vítimas, 5 disseram sentirem-se preparados/as para lidar com os dilemas éticos que enfrentam. "Eu tenho que estar preparada e eu tenho que preparar os alunos (...) Para trabalhar nestes cenários. Senão eu não consigo ensinar como é que se faz uma gestão destes dilemas, não é. (B. Instituição de Ensino Superior, intervenção com vítimas).

Alguns/as profissionais relataram sentirem-se preparados/as, mas com dúvidas: "Não. Eu acho que essa é uma avaliação difícil de fazer (...) Eu posso responder assim, se eu não me sentisse preparado... Eu acho que não fazia isto não disto também com a equipa. (B. Instituição de Ensino Superior, intervenção com vítimas).

Logo, pode-se afirmar que a maior parte dos/as profissionais admite que os valores pessoais influenciem a forma como lidam com os dilemas éticos em suas atuações. Mesmo aqueles/as que negam esta influência como O. admitem que há uma esfera em que é inevitável em que estes interfiram.

Decisões tomadas coletivamente ou individualmente em dilemas éticos

Nessa categoria, os/as entrevistados/as responderam se as decisões acerca dos dilemas éticos são tomadas individualmente ou coletivamente (em equipe). Dos 16 entrevistados/as, 15 responderam que suas decisões são tomadas coletivamente. Se não de maneira formal, através de reuniões de equipe, pelo menos informalmente, através de trocas e diálogos com colegas.

O/a único/a entrevistado/a que respondeu que via de regra suas decisões são tomadas de forma individual foi o/a profissional que trabalha com vítimas e agressores/as. “Entrevistador/a: E a sua ação quando foi tomada, ela foi tomada individualmente ou (...) pôde recorrer a outras pessoas, a sua equipe? (...). F.: Foi solitária. Foi solitária porque as minhas colegas não partilhavam da minha opinião. Diziam que o processo deveria ser arquivado. (F. DIAP, intervenção com vítimas e agressores/as).

Sentimentos em relação às decisões tomadas em dilemas éticos

Esta categoria buscou analisar como os/as profissionais sentiram-se após a tomada de decisão em dilemas éticos. Foi uma categoria importante, pois a partir dela, surgiram a maior parte das categorias *a posteriori* indutivas. Além disso, deriva diretamente do referencial teórico e do roteiro de entrevista, que considera dilemas éticos situações potencialmente geradoras de sentimentos de culpa, arrependimento e em casos mais extremos, trauma. A maior parte dos/as entrevistados/as, no total de 11, manifestaram sentimentos positivos em relação às decisões tomadas em dilemas éticos, afirmando em várias passagens terem feito aquilo que consideravam correto. 4 entrevistados/as afirmaram terem feito o correto, mas ainda permanecem

com dúvidas após a decisão tomada e apenas 1 entrevistado/a manifestou arrependimento.

Dos/as 11 que afirmam terem agido corretamente sem arrependimentos, 6 trabalham com vítimas, 1 com vítimas e agressores/as e 4 com agressores/as. Os 4 entrevistados/as que demonstraram dúvidas, apesar de acreditarem ter agido corretamente, 2 trabalham com agressores/as e 2 com vítimas. O/a único/a profissional que manifestou arrependimento trabalha com agressores/as. Esta foi, portanto, uma categoria que uniformizou, em certa medida, tanto os profissionais que trabalham com vítimas quanto com agressores/as.

Algumas respostas remeteram-se ao fato de que devido à decisão não ter gerado más consequências, foi vista como correta. O trabalho em equipe é também considerado como importante para estes/as profissionais. “Sim... Acho que sim, que foi a decisão correta. Também, felizmente, correu tudo bem, não é? Se tivesse acontecido alguma coisa, se calhar não estaria tão seguro/a... (O. Instituição de Ensino Superior, intervenção com agressores/as). “Em geral sinto-me tranquilo/a com essas decisões, acho que consigo lidar bem com elas. (...) Talvez porque nunca tenha também acontecido, se calhar, desfechos trágicos limite nas pessoas que acompanhamos...” (C. Espaço V., intervenção com vítimas). “Todas essas decisões foram construídas. Não são impulsivas, foram tomadas, refletidas, fizemos a ponderação dos prós e dos contras em cada uma dessas situações e entendemos que aquele era o melhor caminho. E eu não, eu represento, eu tecnicamente o caso, mas eu tenho atrás de mim uma equipa, não é. (B. Instituição de Ensino Superior, intervenção com vítimas).

Entre aqueles/as que dizem sentir terem feito o certo, mas terem dúvidas, destaca-se a fala de um/a entrevistado/a que afirma que, apesar de ter agido certo, pensa que violou um princípio moral seu, ao desrespeitar a autonomia da vítima realizando a denúncia ao invés dela. “Foi mal ter que ter tomado aquela decisão, nesse sentido, só nesse sentido, porque o meu respeito e a minha coisa sempre é que as mulheres são donas das suas vidas, que elas sempre decidem as suas vidas e que elas são autônomas para tomar e que nós, mesmo não concordando, devemos seguir o que elas querem porque a vida é delas e não é nossa. Nesse sentido como este é um

princípio de vida também para mim, portanto, não deixo de pensar que assim, um dia eu violei meu princípio, mas, mas vivo bem com isso, hum... Quer dizer, mas penso nisso. (N. UMAR, intervenção comvítimas).

O/a único entrevistado/a que declarou arrepende-se da decisão tomada, foi também o/a único/a que teve de lidar com uma situação de consequências negativas, no caso, o suicídio de um/a agressor/a em acompanhamento. Este/a entrevistado/a demonstrou emoções intensas, reviver aquela situação lhe parecia muito doloroso e inclusive o/a levou às lágrimas. Quando perguntado/a se esta decisão interferiria no modo como abordaria futuros dilemas éticos afirmou que “Agora sim... penso que me deixou mais alerta, não voltou a acontecer. Neste grupo não temos assim ninguém que me.... que me chame a atenção para algum problema mais depressivo ou ... algo do gênero, não, nem me parece que haja risco nem para a vítima, nem para o próprio agressor (...) mas certamente se houver ali algum clique vou estar mais alerta. Eu acho que acaba por nos impulsionar depois a agir de uma forma mais assertiva ou pelo menos tentar sermos mais assertivos na intervenção.” (K. DRGSP, intervenção comagressores/as).

Em suma, dos/as profissionais que declararam terem agido corretamente sem qualquer arrependimento, na maior parte dos casos, parece haver uma relação entre seguir os próprios princípios, trabalhar em equipe e a escolha gerar boas consequências. Daqueles/as que sentem que agiram corretamente, mas sentem dúvidas, destaca-se a sensação de terem violado certos princípios morais, mas como as consequências foram favoráveis, sentem que agiram da melhor forma que podiam. E por fim, o/a entrevistado/a que se declara abertamente arrependido/a precisou lidar com uma situação que gerou consequências negativas e até mesmo traumáticas, mesmo que este/a destaque que se sente mais alerta para lidar com futuros dilemas.

Categorias a posteriori indutivas

As categorias *a posteriori* indutivas foram derivadas do roteiro da entrevista, do referencial teórico adotado, mas, principalmente, do processo interpretativo realizado pela pesquisadora ao longo da investigação. O principal

objetivo destas categorias foi o de elucidar os sentimentos e sensações percebidos pela pesquisadora quando os/as entrevistados/as responderam a determinadas perguntas, além de tentar perceber o grau de autonomia teórica e técnica dos/as mesmos/as. Podem ser assim elencadas: sentimentos quando o/a entrevistado/a declara-se ou não feminista; sentimentos de satisfação ou insatisfação sobre trabalhar com violência doméstica; sentimentos em relação às decisões tomadas individualmente e coletivamente em dilemas éticos.

Sentimentos em relação ao feminismo (Qual feminismo)?

A presente categoria aflora nesta pesquisa a partir da percepção dos sentimentos manifestados pelos/as entrevistados/as ao declararem-se feministas ou não feministas. De todos/as os/as entrevistados/as, 10 manifestaram claramente estes sentimentos no discurso, sendo estes ora positivos, ora negativos, ora de insegurança e dúvida. Dos 10 citados/as, 5 manifestaram sentimentos positivos quando se declararam feministas, dentre estes, 4 profissionais que trabalham com vítimas e 1 com vítimas e agressores/as.

Os/as outros/as 5 manifestaram sentimentos negativos em relação ao feminismo quando se declararam não feministas, todos/as estes/as, profissio-

⁵ Este experimento ultrapassou as barreiras teóricas da filosofia, para se tornar tema de discussão da psicologia, neurociência, teorias evolutivas e, principalmente pessoas leigas, fora do meio acadêmico. Cathcart (2014, p. 1) afirma que é possível vislumbrar até mesmo o surgimento de uma “mini-indústria *trolleyologista*”. Originalmente, o *Trolley Problem* foi apresentado pela filósofa Philippa Foot (1967, p. 2), de maneira bastante breve: o motorista de um bonde desgovernado enxerga cinco pessoas à frente do bonde, nos trilhos. Ele pode deixar o bonde seguir pelo trilho principal e matar, atropeladas as cinco pessoas – que por alguma razão não conseguem deixar os trilhos –, ou ele pode dirigir o bonde para um trilho paralelo, onde apenas uma pessoa será atingida e morta. Deve ele dirigir o trem para o trilho menos ocupado, e matar uma pessoa ao invés de cinco? Foot (1967, p. 3), contudo, vai além. Propõe uma mudança de cenário: um médico pode salvar as vidas de muitas pessoas ao matar uma única pessoa para fazer um soro de seu cadáver. Deve ele fazer isso? Na ocasião, Foot pensou que a maioria das pessoas aprovaria a mudança de direção do bonde desgovernado, mas desaprovava a morte da única pessoa para obter o soro. E isso foi considerado pela autora, algo intrigante, afirma Cathcart (2014, p. 2). Atualmente, o cenário não envolve médicos e soros, mas um homem gordo sobre uma ponte. Neste cenário, você está parado em uma ponte sobre os trilhos do bonde. Não há nenhuma alavanca e nenhum trilho paralelo, apenas um único trilho com cinco pessoas trabalhando e elas serão atingidas pelo bonde se você não fizer nada. Você então percebe que a única ação que pode salvar as cinco pessoas é jogar algo muito pesado sobre o trilho, para frear o bonde. O único objeto, realmente pesado, capaz de parar o bonde, próximo a você, é um homem muito gordo parado ao seu lado. Então, você deve empurrar o homem de cima da ponte para salvar as cinco pessoas? Isto é, ou não é, a *mesma* coisa que puxar a alavanca? Ou seja, experimentos deste tipo isolam determinados aspectos de uma situação ética, trabalhando nesse sentido e não no contexto e nas peculiaridades individuais daqueles/as que decidem.

nais que trabalham com agressores/as. Do restante, 2 profissionais que declararam-se feministas manifestaram sentimentos de insegurança ao fazê-lo, ambos/as profissionais que trabalham com vítimas. Por fim, 3 profissionais não expressaram sentimentos notáveis tanto quanto declararam-se feministas quanto não feministas.

Em relação ao primeiro grupo, dos sentimentos positivos ao se declararem feministas, geralmente o fizeram ao enfatizarem aspectos teóricos a respeito do feminismo em suas falas: “Sim, sim, sim. Claro. Porque o feminismo envolve (...). Desenvolver práticas de intervenção quer permitam equilibrar os direitos entre os homens e as mulheres. E, portanto, tudo que eu faço é no sentido de uma sociedade mais humanista e igualitária. (B. Instituição de Ensino Superior, intervenção com vítimas). “Sim, de alguma forma, sim. (...) De alguma forma tenho essa orientação mais feminista (...) No caso, estou a falar no caso da violência específica no contexto das relações de intimidade, em que, maioritariamente, nós temos agressores homens e vítimas mulheres, o contexto do feminicídio, é a mesma situação, portanto, de alguma forma, eu tenho essa abordagem feminista e se não fossem as teorias feministas possivelmente não estaríamos aqui hoje a ter esta conversa, (...)” (I, DIAP, intervenção com vítimas).

As declarações dos/as profissionais que se disseram não feministas foram marcadas por sentimentos negativos em relação ao feminismo e declarações que qualificaram a teoria como inadequada. “(...) o feminismo... Dá-me certa urticária! Porque, se calhar, nunca precisei de me impor a esse nível... (...) Nunca tive essa necessidade, nunca tive, pronto, nunca achei que isso me fizesse de algum modo precisar repensar a minha vida. Nada. Absolutamente. Sempre trabalhei em estruturas muito abertas, e sem... Sem problema nenhum de imposição e... da minha feminilidade. Nada a ver! Nada, nada, aliás, sou franca: (...) Quando ouço um discurso duma feminista (...) Eu tenho que me descentrar um bocadinho... Dessa... Postura da pessoa... Pra conseguir entender o essencial que ela pretende transmitir. Porque (inspira) causa-me assim um certo arrepio, e acho que é, pois, um discurso tão formatado! Sempre tão igual! Todos são! Não ouço conversas de feminismo desde 197 e não sei quantos, quer dizer, pfff, já chateia! É sempre igual! E então, não. Pronto.

Por aí, realmente, não. (G. DGRSP, intervenção com agressores/as).

“E, portanto, isto para dizer o quê? Para dizer que a linha feminista para mim é curta. Explica um bocado, explica uma parte. Não explica tudo. Encaixa muito bem em algumas situações, nas mais tradicionais. Se calhar no tempo das nossas avózinhas, estava lá, estava certinha. Mulher submissa, desgraçada, sem poder económico, sem poder nenhum. Se calhar aí encaixa muito bem. No século XXI, eu tenho.... Acho que.... As teorias têm de evoluir. Estão paradas no tempo. Essa a sensação que tenho. Pronto, não sei se respondi à pergunta... (D. DRGSP, intervenção com agressores/as).

Algumas falas chegaram até mesmo a dizer que o feminismo é prejudicial ao trabalho de intervenção, tanto com vítimas quanto com agressores/as: “De facto a linha feminista é muito no sentido de empoderar a mulher (...) E na verdade, o fim último é acabar com esta relação quando muitas vezes não é isso que a mulher quer. As mulheres muitas vezes não querem, a maior parte das vezes não querem acabar com a relação, coisíssima nenhuma. E, portanto, ao empoderar a mulher sempre neste sentido, nós estamos a explicar à mulher que ela está numa relação em que ela é um agente ativo da relação. A mulher não é um agente passivo na relação como nas linhas feministas a gente acaba por perceber um bocado que a mulher está ali "coitadinha", "não tem poder", "é uma desgraçadinha" (...). Mulher é muito mais que isso! A mulher também pode não ser submissa, a também tem parte ativa. E mais, tem parte ativa mesmo quando é vítima! Eu acho que o próprio feminismo tem dificuldade em ver a mulher como agressora. Acho! Posso estar errada, mas é a visão que eu tenho”. (D. DRGSP, intervenção com agressores/as).

Por fim, alguns dos/das profissionais que declararam-se feministas manifestaram sentimentos de insegurança ao fazê-lo: Entrevistadora:(...) se considera um profissional de orientação feminista? C.: Depende do conceito de feminista que está a utilizar. (...) Se o feminismo for entendido como... Uma tentativa de igualar os direitos das mulheres e de lutarmos pela igualdade de direitos entre mulheres e homens nas suas mais diversas vertentes e, concretamente, nesta questão da violência doméstica, perceber que, pelo menos tanto quanto se sabe, até ao momento as mulheres são, essencialmente, vítimas, são as grande vítimas, não são exclusivas mas são

as grandes vítimas deste crime muito por estarmos ainda inseridos numa sociedade machista e onde o poder é muito mais atribuído ao homem do que à mulher. Então, eu nessa definição, digamos, nessa ideia, então aí sim, tenho uma abordagem feminista. (C. Espaço V, intervenção com vítimas).

Esta categoria revela, portanto, que a mera menção do termo “feminismo” gera sentimentos e uma espécie de necessidade de justificação por parte do/a interlocutor/a. Mas para além da necessidade de justificação, o que ficou evidente é que o entendimento a respeito da própria teoria varia.

Ao considerar-se as declarações dos/as entrevistados/as acima expostas, é inevitável não concordar com Barret (1996) de que declarações deste tipo são extremadas e ilustram as desavenças políticas e equívocos teóricos por trás do uso do termo. É importante ressaltar o sentido acadêmico do termo, enfatizado pelo entrevistado acima, que muito contribui nos avanços em processos de intervenção. A presente pesquisa, tem como foco este sentido de feminismo que parece não ser consenso entre os/as trabalhadores/as da área social entrevistados/as. Um exemplo do sentido em que o feminismo vem contribuindo aos processos de intervenção é apontado por Duarte (2019, p. 25) ao afirmar que o feminismo é considerado um “movimento legítimo que atravessou várias décadas e transformou relações entre homens” e complementa que suas “bandeiras se tornaram parte integrante da sociedade, como o direito de a mulher frequentar a universidade, escolher sua profissão, receber salários iguais e candidatar-se ao que quiser”.

Em uma definição mais completa, Teles (1999, p. 10) define o feminismo como:

Uma filosofia universal que considera a existência de uma opressão específica para todas as mulheres. Essa opressão se manifesta tanto a nível das estruturas como das superestruturas (ideologia, cultura e política). Assume formas diversas conforme as classes e as manadas sociais, nos diferentes grupos étnicos e culturas.

A partir das definições acima, do feminismo como uma espécie de “filosofia universal” e um movimento legítimo que luta por igualdade de direitos entre homens e mulheres, garantindo o acesso destas últimas a direitos básicos na sociedade é que se entende que este pensamento contribui e muito

para a evolução do trabalho de intervenção em violência doméstica. Nesse sentido, é importante ressaltar que equívocos teóricos no entendimento do termo podem gerar mais prejuízos do que ganhos, para os/as profissionais que trabalham na intervenção, seja com vítimas ou com agressores/as.

Sentimentos em relação a trabalhar com violência doméstica

Essa categoria buscou registrar os sentimentos percebidos pela pesquisadora quando os/as entrevistados/as foram perguntados sobre a motivação para trabalharem com violência doméstica. De todos/as os/as 16 entrevistados/as, 8 manifestaram claramente sentimentos de satisfação ou insatisfação e 8 mostraram-se neutros/as. Dos 8 que manifestaram seus sentimentos, 5 foram de satisfação e 3 de insatisfação. Todos/as os/as 5 profissionais que se disseram satisfeitos/as trabalham com vítimas e todos/as os/as 3 que se disseram insatisfeitos/as trabalham com agressores/a. Daqueles/as que se declararam neutros, 4 trabalham com agressores/as, 3 com vítimas e 1 com vítimas e agressores/as.

Novamente aqui é possível traçar um paralelo entre os/as profissionais que trabalham com vítimas e os/as profissionais que trabalham com agressores/as. A maioria dos/as primeiros/as quando não manifesta satisfação, é neutra. “É sempre daí que eu parto, parto sempre sabendo que elas têm razão, que elas sempre, portanto é sempre assim que eu parto, é sempre com uma grande felicidade que parto todos os dias para... é por elas que eu fico, porque sei que é por elas, porque elas precisam, porque eu preciso, porque faz sentido e, portanto continuarei até o dia que faça sentido. (N. UMAR, intervenção comvítimas). “Eu acho que sou uma pessoa de sorte... E que estava no sítio certo, não é? Com as pessoas certas... E que as coisas foram acontecendo, houve esta proposta desta.... Foi lançado um desafio, de ser eu a técnica afeta a esta estrutura de atendimento... (P. Cáritas, intervenção comvítimas).

Aqueles/as que trabalham com agressores/as ou não gostam ou são neutros/as, não manifestando satisfação em nenhuma de suas falas. “Portanto não tem escolha nenhuma nem sequer é uma área que eu goste.

Nem sequer é uma área que gosto (...). Porque de facto é uma área que levanta uma serie de dilemas, efetivamente. (D. DRGSP, intervenção com agressores/as). “Não. [escolha] pessoal, não. A instituição fazia, eu quis voltar, quando voltei, quis voltar para a vigilância eletrônica, portanto, foi por violência, mas, não era assim uma coisa que eu adorasse. (E. DRGSP, intervenção com agressores/as).

Chama atenção o fato de D. dizer que um dos fatores que o/a levam a não gostar de trabalhar na área da violência doméstica são os dilemas. Principalmente aqueles/as citados como os mais difíceis para quem trabalha com agressores/as. Pode-se, por fim, afirmar que os sentimentos de satisfação e insatisfação são intimamente ligados à categoria da motivação pessoal para trabalhar na área da violência de gênero. Aqui, fica claro que o fato de não estarem motivados/as, não terem propriamente escolhido esta área de atuação, terem sido designados por falta de pessoal e não terem uma orientação teórica clara, resulta em sentimentos de insatisfação.

Sentimentos em relação à decisões tomadas individualmente ou coletivamente

Os sentimentos em relação à tomada de decisão em equipe ou individualmente foi uma categoria que surgiu a partir dos relatos de como os entrevistados/as descreviam suas sensações após a terem de decidir e enfrentar dilemas éticos. Foi percebido que muitos/as manifestaram sentimentos positivos em relação a situações difíceis apenas porque tiveram com quem compartilhar suas visões e dúvidas. Muitos/as destacaram o trabalho em equipe como muito importante na atuação em violência doméstica. Estas impressões são válidas tanto para profissionais que trabalham com vítimas, quanto com agressores/as. O/a único/a entrevistado/a que afirmou tomar decisões individualmente, trabalha com vítimas e agressores/as e descreveu a situação como solitária.

“Foi solitária. Foi solitária porque as minhas colegas não partilhavam da minha opinião. Diziam que o processo deveria ser arquivado. (...) Sim, informalmente, não temos por hábito fazer reuniões para discutir casos...

[acabamos] por ser assim um bocadinho individualistas...” (F. DIAP, intervenção com vítimas e agressores/as).

“[Sinto-me] Em paz. Completamente em paz! E isso dá-me uma sensação de... Excelente, porque... Todas essas decisões foram construídas. Não são impulsivas, foram tomadas, refletidas, fizemos a ponderação dos prós e dos contras em cada uma dessas situações e entendemos que aquele era o melhor caminho.”(B. Instituição de Ensino Superior, intervenção com vítimas). “Entrevistador/a: Então não é uma tomada de decisão solitária. J.: Não, felizmente não, não, nós tentamos, apoiamos muito... Somos uma equipa relativamente pequena, como já viu e... discutimos muito os casos e... conhecemos os casos umas das outras e apoiamos (...). (J. DRGSP, intervenção com agressores/as).

O trabalho coletivo revelou-se, portanto, um fator de grande importância no sentimento positivo em relação ao enfrentamento dos dilemas éticos. Dividir as dúvidas e angústias, mesmo que informalmente tem um papel decisivo para o bem-estar da maior parte dos/as entrevistados/as, independentemente de trabalharem com vítimas ou agressores/as.

Conclusão

É preciso que se mencione, em primeiro lugar, que esta pesquisa não tinha como objetivo principal traçar uma separação entre profissionais que trabalham com agressores/as e profissionais que trabalham com vítimas. O objetivo era obter uma amostra de profissionais que atendessem prioritariamente a vítimas. Traçar esta separação entre vítimas e agressores/as, no entanto, foi algo que se deu durante o percurso, quando a amostra com profissionais que trabalham com vítimas se mostrava saturada e o primeiro profissional que trabalhava com agressores/as foi entrevistado/a. Esta entrevista alterou o quadro geral, oferecendo uma nova perspectiva de análise, a partir, principalmente, da declaração acerca de se declarar feminista ou não. Este/a profissional forneceu a primeira resposta negativa ao declarar-se não-feminista.

Esta resposta negativa continuou repetindo-se com todos/as profissionais que trabalham em processos de intervenção com agressores/as, até a

saturação, novamente. A fim de se obter explicações para estas diferenças nas respostas entre profissionais que trabalham com vítimas e com agressores/as, iniciou-se a análise de conteúdo profunda. Um primeiro aspecto que destacou-se nesta análise foi o PAVD (Programa para Agressores em Violência Doméstica) – o referencial teórico utilizado na intervenção por aqueles/as que trabalham com agressores/as.

O PAVD, de acordo com Cerejo (2017) possui uma abordagem marcadamente cognitivo-comportamental através de um trabalho da assunção da responsabilidade dos atos violentos por parte dos/as agressores/as. O trabalho não se circunscreve à desconstrução de crenças e estereótipos de gênero influentes na agressão, mas a variáveis cognitivas como crenças disfuncionais acerca do eu. O modelo do PAVD, conforme coloca Cerejo (2017), não elege a ideologia patriarcal como a principal instigadora de violência conjugal. É na lógica relacional disfuncional entre vítima e agressor/a acerca do eu e dos outros, que o PAVD focaliza seu trabalho de intervenção. Ou seja, o PAVD, apesar de trabalhar questões de estereótipos de gênero, não tem este como seu foco principal. Este dado pode ter influenciado nas respostas destes profissionais quanto a não se declararem feministas.

No caso dos/as profissionais que trabalham em intervenção com vítimas, e aquele/a único/a entrevistado/a que trabalha com vítimas e agressores/as, conforme foi exposto nas categorias 3.2.1 e 3.2.3, as orientações teóricas acadêmicas preponderaram em sua ação, na maior parte dos casos, sobre as orientações institucionais ou programas que possam ser seguidos. Não há nada tão uniformizador como o PAVD em suas atuações. Em suas falas foi possível perceber uma maior autonomia tanto técnica quanto teórica, quando afirmam, inclusive, participar ativamente da própria concepção dos modelos institucionais, além de aplicarem suas concepções teóricas de maneira mais autônoma. Estes/as profissionais consideram a teoria feminista útil para seus intentos, na maioria dos casos, mencionada como uma “teoria” e não algo como uma militância ideológica.

A partir de tais constatações entra o segundo motivo pelo qual possa ter havido a distinção de respostas entre os dois grupos. Chamou atenção nas respostas dos/as profissionais que se declararam feministas, destacarem pon-

tos teóricos essenciais em suas falas, como o fato de que o feminismo promove a igualdade e instiga a autonomia e o empoderamento da vítima. Por outro lado, aspectos teóricos do feminismo não foram tão enfatizados pelos/as profissionais que trabalham com agressores/as. Estes/as manifestaram sentimentos intensos de rejeição e insatisfação por de alguma forma, o feminismo atrapalhar o seu próprio trabalho de intervenção com os/as agressores/as. Muitos/as profissionais afirmaram que sentiam necessidade de trabalhar em equipe com os/as profissionais que trabalham com vítimas, pois sentiam que os discursos utilizados por uns e outros era diferente e tornava o trabalho com agressores/as infrutífero.

Cerejo (2017) corrobora este pensamento ao afirmar que o sucesso ou insucesso dos programas de intervenção com agressores/as desde sempre estará ligado à aplicação de um modelo em que o acompanhamento do/a agressor/a e da vítima seja feito simultaneamente e em paralelo. A autora afirma ser necessário que, paralelamente ao trabalho com agressores/as, também as vítimas sejam acompanhadas, sobretudo no que respeita à explicação sobre o processo de intervenção que os/as seus/as parceiros/as íntimos/as estão a receber. Essa informação é, inclusive, fundamental para a proteção das vítimas. Isto tudo é necessário para cimentar a o funcionamento em rede entre os diversos agentes envolvidos no combate à violência doméstica. Manita (2008, *apud* CEREJO, 2017, p. 307), ainda afirma que a intervenção em rede em Portugal acaba sendo mais uma retórica do que uma prática, a articulação entre os serviços de apoio às vítimas, os serviços de intervenção em agressores/as, as forças policiais, o sistema judicial e a reinserção social não sendo fácil.

Dessa forma, as falas das autoras mencionadas vão ao encontro dos resultados apontados por esta pesquisa, com destaque extra para a hipótese de que além da intervenção em rede ser meramente retórica, nota-se um descompasso entre os discursos, orientações teóricas e técnicas que fundamentam as práticas daqueles/as que intervêm com vítimas e daqueles/as que intervêm com agressores/as, no âmbito das instituições pesquisadas. A parte teórica das intervenções não parece estar articulada e o entendimento acerca do conceito de feminismo, parece ser central neste descompasso.

Além deste descompasso teórico sobre o feminismo nas equipes de intervenção com vítimas e com agressores/as, há também um sentimento geral de desmotivação demonstrado pela maior parte dos/as entrevistados/as. Contudo, a maior parte dos/as profissionais desmotivados/as, encontra-se entre aqueles/as que trabalham com agressores/as. Entre aqueles/as que trabalham com vítimas, a maior parte o fez por escolha pessoal ou oportunidade de trabalho e revelam uma motivação maior em sua atuação.

Ao se observarem as respostas fornecidas pelos/as profissionais mais motivados/as pôde-se notar uma ênfase naquilo em que acreditavam: ao atuarem, estariam indo a favor daquilo que acreditam não apenas do ponto de vista teórico e técnico, mas de seus valores pessoais, como se tudo estivesse interligado. Estes/as também têm em comum o fato de mencionarem ter maior autonomia técnica ao poderem participar da formulação do modelo de intervenção que acreditem ser a mais adequado.

Por outro lado, as respostas fornecidas pelos/as profissionais mais desmotivados/as revelaram que estes/as sentem-se sem opção, foram designados/as para o cargo, não têm interesse pela área da violência doméstica e não têm clara, em sua maioria, a influência da orientação teórica em seu trabalho: embora citem teorias, enfatizam que as orientações técnicas/institucionais são preponderantes. Seguem orientações técnicas bastante específicas e que não lhes dão espaço para autonomia, o que torna sua atuação frustrante, muitas vezes.

Por fim, os dilemas éticos. Conforme mencionado, esta pesquisa partiu de um conceito específico de dilema ético, onde há o reconhecimento da existência de duas obrigações com igual peso moral, as quais não são possíveis cumprir simultaneamente. A situação torna imperioso optar por uma em detrimento da outra, sob o risco de falhar a ambas, o que resultaria num prejuízo acrescido. Qualquer que seja o sentido da opção, uma das obrigações ficará sempre por realizar, o que gera frequentemente um sentimento de culpa e frustração.

Esta definição de dilema ético é mais ou menos incontroversa na literatura sobre o tema. Diversas teorias filosóficas debatem sobre como resolvê-los. Inclusive, criam cenários artificiais de decisões morais difíceis onde as

peessoas são convidadas a participar de pesquisas dizendo o que fariam, como no clássico experimento do bonde desgovernado⁵. Muitas discussões derivam de tais pesquisas, com filósofos tentando enquadrar as respostas fornecidas em determinados padrões, como utilitaristas ou deontológicos, por exemplo. O uso desse tipo de experimento de pensamento na argumentação sobre os dilemas éticos, contudo, não é incontroversa.

Há uma crítica forte por parte de filósofos que defendem que estes cenários são demasiado artificiais e dificilmente um indivíduo ordinário se verá entre opções tão inusitadas. Wood (2011) afirma não se comover com este tipo de experimento. Porque ao contrário do que dizem seus defensores, de que estas situações apreendem o que há de mais relevante no raciocínio ético, Wood discorda veementemente dizendo que não, que estes cenários perdem o que há de mais relevante. Afinal, os cenários não consideram os/as indivíduos em seus contextos sociais, de vida, profissionais. Estes são aspectos marcantes a serem considerados pela ética, de acordo com Wood (2011).

Esta pesquisa filia-se numa perspectiva semelhante, ao ter optado realizar uma pesquisa de campo para ouvir de determinado grupo de profissionais, inseridos/as em seus contextos, o que estes/as compreendem por dilemas éticos, quais os principais dilemas que enfrentam e o que influencia suas decisões. Não foram impostos cenários a estas pessoas, foi-se justamente em busca de seus próprios cenários.

Inicialmente, a hipótese de pesquisa girou em torno do fato de que possivelmente os dilemas éticos encontrados teriam um padrão. O que não se imaginou de antemão é que teriam um padrão conforme o/a profissional tcom vítimas, os dilemas éticos mais lembrados foram: o risco para a vítima em fazer a denúncia; a dificuldade em se enquadrar a violência psicológica na previsão jurídico-legal do crime de violência doméstica; a autonomia da vítima em relação a ela fazer ou não a denúncia. Para aqueles/as que trabalham com agressores/as, foram: o descompasso entre o atendimento prestado ao/a agressor/a e à vítima; a ambivalência da relação entre vítima e agressor/a. Os dilemas éticos comuns a todos/as os/as entrevistados/as, foram: a dificuldade em saber se a vítima diz a verdade; o respeito à liberdade de escolha da vítima em permanecer com o/a agressor/a. Este último merece uma análise mais

detalhada, pois foi marcadamente o mais difícil quando mencionado por todos/as entrevistados/as.

Este dilema, embora apareça como comum a todos/as, não é visto da mesma forma pelos/as que trabalham com vítimas e com agressores/as. Para aqueles/as que trabalham com vítimas, o dilema gera um sentimento forte de insegurança pela integridade das mesmas. Para aqueles/as que trabalham com agressores/as, também há este sentimento, contudo, entram em cena outros problemas: a ambivalência do casal, onde muitas vezes, a vítima se torna agressor/a (a mulher agressora é tabu) e a verdade acerca do que está diz é posta em cheque.

Ou seja, a pesquisa tornou claro que alguns dilemas éticos são diferentes num grupo e outro, mas, além disso, que o mesmo dilema ético pode ser visto por perspectivas diferentes. Isto, contudo, não é necessariamente positivo para um trabalho que deveria ocorrer em harmonia entre os/as profissionais. Pode-se ainda acrescentar, a partir das considerações de Cerejo (2017), que é legítimo afirmar que alguns destes dilemas, principalmente aqueles vivenciados por profissionais que trabalham com agressores/as, poderiam ser eliminados se o trabalho fosse de fato feito em simultâneo e com um arcabouço teórico mais próximo dos/as profissionais que trabalham com vítimas.

Nesse sentido, trazer o termo “feminismo” à tona, foi muito importante, pois este parece desempenhar um papel decisivo. Se por um lado, é uma teoria que auxilia e embasa os modelos de intervenção daqueles/as que trabalham com vítimas, por outro, é rejeitado por aqueles/as que trabalham com agressores/as. Evidentemente que a mera compreensão do termo feminismo não irá fazer desaparecer os dilemas éticos mencionados por aqueles/as que trabalham com agressores/as. Mas é preciso admitir que onde a teoria feminista poderia estar prestando um papel decisivo positivo, ocorre que ela (ou o que se compreende por ela) está desempenhando o contrário.

Por fim é preciso fazer uma última reflexão acerca dos dilemas éticos enfrentados pelos/as profissionais, de maneira geral. Ficou evidente que os sentimentos de arrependimento por decisões tomadas foram raramente encontrados. Isso, conforme foi exposto se deu devido à maioria dos/as profissionais afirmar que nunca teve de lidar com consequências negativas em suas

decisões. Mesmo com todas as dificuldades, os dilemas éticos enfrentados pela grande maioria, terminaram sem gerar consequências severamente negativas. Estes/as profissionais ainda asseveraram, em sua maioria, que seus valores pessoais influenciam suas decisões e também, na maior parte dos casos, tais valores não parecem entrar em choque com a sua atuação profissional. O/a único/a profissional que revelou sentimentos de arrependimento foi aquele/a que precisou lidar com consequências negativas advindas de sua atuação.

O trabalho em equipe revelou um papel absolutamente primordial nos sentimentos positivos na tomada de decisão em dilemas de todos/as os/as entrevistados/as. Por mais difíceis que as situações por vezes tenham se colocado, os/as profissionais foram unânimes em afirmar que compartilhar os casos e discuti-los com colegas alivia os sentimentos de responsabilidade excessiva e dúvida. Foi o maior fator para sentimento de segurança e bem-estar ao/as envolvidos/as.

Logo, pode-se afirmar que os dilemas éticos enfrentados por todos os/as profissionais entrevistados/as, por mais difíceis que sejam, são vistos pela maioria, por uma ótica positiva, quando geram boas consequências, ou pelo menos, não geram más. Os princípios éticos pessoais seguidos por estes/as profissionais não parecem estar em choque com as suas orientações teóricas e nem institucionais e isso é verdadeiro para a maior parte dos entrevistados, independentemente de trabalharem com vítimas ou agressores/as. Quando, porventura, violam algum destes princípios para seguirem outro, como por exemplo, ao violarem a autonomia da vítima para fazerem a denúncia em seu lugar, sentem-se reconfortados pelo fato desta violação não ter gerado más consequências e ter sido a escolha possível na ocasião.

Uma combinação de trabalho em equipe, simultaneidade e semelhança de discursos e orientações teóricas entre a intervenção com vítimas e agressores/as e maior autonomia teórica e técnica para estes últimos, parecem ser os fatores preponderantes para que os dilemas éticos inerentes à atividade profissional dos entrevistados/as sejam tratados da melhor forma possível. Considerando-se o exposto, a clareza em relação ao termo feminismo, algo aparentemente simples, poderia gerar bons resultados no trabalho de inter-

venção em conjunto entre profissionais que trabalham com vítimas e profissionais que trabalham com agressores.

Referências

ALBUQUERQUE, C. P. Abordagens éticas da intervenção social. *In*: NEVES, M. C.; FÉLIX, A. B. (coords.). **Ética aplicada: protecção social**. Lisboa: Edições 70, 2017. p. 113-140.

AMADO, J. A técnica de análise de conteúdo. **Referência - Revista de Formação e Educação em Enfermagem**, n. 5, p. 53-63, 2000.

AMADO, J.; COSTA, A. P.; CRUSOÉ, N. A técnica de análise de conteúdo. *In* AMADO, J. (ed.). **Manual de investigação qualitativa em educação**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2014. p. 301-350.

BANKS, S. **Ethics and values in social work**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2012.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARRET, M. Feminismo. *In*: OUTHWAITE, W.; BOTTOMORE, T. **Dicionário do pensamento social do século XX**. São Paulo: Zahar, 1996. p. 304-307.

BRAUN, V.; CLARKE, V. Using thematic analysis in psychology. **Qualitative Research in Psychology**, v. 3, n. 2, p. 77-101, 2006. DOI: 10.1191/1478088706qp063oa. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1191/1478088706qp063oa>. Acesso em: 12 mar. 2022.

BEAUCHAMP, T. L.; CHILDRESS, J. F. **Princípios de Ética Biomédica**. São Paulo: Loyola, 2002.

CARNEIRO, M. R. Requisitos éticos relacionados com a protecção e intervenção sociais. *In*: NEVES, M. C.; FÉLIX, A. B. (coords.). **Ética aplicada: protecção social**. Lisboa: Edições 70, 2017. p. 95-112.

CATHCART, T. **The trolley problem or Would you throw the fat guy off the bridge?**: a philosophical conundrum. Nova Iorque: Wokman Publishing, 2014.

CEREJO, D. Intervenção com agressores em Portugal: características e caminhos de intervenção com agressores conjugais. *In*: NEVES, S.; COSTA, D. (coords.). **Violências de gênero**. Lisboa: Edições ISCSP, 2017. p. 283-315.

DUARTE, C. L. (org.). **Mulheres em Letras**. Viçosa: UFV, 2019.

FOOT, P. The problem of abortion and the doctrine of double effect. **Oxford Review**, n. 5, 1967. Disponível em: <http://www.oxfordscholarship.com/view/10.1093/019252866.001.0001/acprof-9780199252862-chapter-2>. Acesso em: 27 nov. 2019.

GOWANS, C. W. **Innocence lost**: an examination of inescapable moral wrongdoing. Oxford: Oxford University Press, 1994.

MATOS, M. Teorias de gênero ou teorias e gênero? se e como os estudos de gênero e feministas se transformaram em um campo novo para as ciências. **Estudos Feministas**, v. 16, n. 2, p. 337-357, 2008. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2008000200003>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/6Y8dcfxYKPXWmyyZmhF5yph/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 10 dez. 2022.

NEVES, M. C.; FÉLIX, A. B. Sob o signo da responsabilidade. In: NEVES, M. C. P.; FÉLIX, A. B. (coords.). **Ética aplicada**: protecção social. Lisboa: Edições 70, 2017. p. 9-26.

NÚNCIO, M. J. **Introdução ao serviço social, história, teoria e métodos**. Lisboa: Edições ISCSP, 2010.

PARIZEAU, M. H. Ética aplicada. In: CANTO-SPERBER, M. (org.). **Dicionário de ética e filosofia moral**. São Leopoldo: Unisinos, 2013. v. 1. p. 390-393.

PORTUGAL. **Código Penal Português**. [s.l.]: [s.n.], [s.d.]. Disponível em: http://perso.unifr.ch/derechopenal/assets/files/legislacion/l_20080626_10.pdf. Acesso em: 26 abr. 2022.

TELES, M. A. A. **Breve história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

VALA, J. A análise de conteúdo. In: SILVA, A. S.; PINTO, M. (orgs.). **Metodologia das ciências sociais**. Porto: Editora Afrontamento, 1986. p. 102-128.

WOOD, A. Humanity as an end in itself. In: PARFIT, D. **On what matters**. Oxford: Oxford University Press, 2011. v. 2. p. 58-82.